

Dívida: país pagará US\$ 9 bi em 92 e 93

Estadão
BRASÍLIA — O Brasil vai pagar, em 1992 e 1993, US\$ 9 bilhões aos bancos privados e aos bancos oficiais dos países mais ricos, reunidos no Clube de Paris. A previsão consta da exposição de motivos do ministro da Fazenda, Gustavo Krause, entregue ontem ao Senado com a minuta do acordo com os bancos credores. O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Raimundo Lira (PFL-PB), garantiu ao ministro que o acordo será aprovado na comissão antes da viagem da equipe econômica a Nova York e Was-

hington, em 4 de dezembro.

Krause ligou para Lira sexta-feira, para informar que, depois de quase três meses de espera, a minuta do acordo (**term-sheet**) seria entregue ontem ao Senado. O ministro lembrou que dia 4 ele e o ministro do Planejamento, Paulo Haddad, viajarão para encontros com FMI, Banco Mundial, BID e empresários da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos e que "seria extremamente positivo" se até lá o documento estivesse aprovado.

A minuta traz seis opções principais de renegociação dos

débitos, cria condições para que os novos títulos da dívida sejam usados no programa de privatização e prevê um tratamento favorecido aos bancos brasileiros. Apesar das declarações dos negociadores brasileiros, de que o país não mais pagaria despesas dos representantes dos credores, a minuta informa que o país não pagará os custos de reuniões do comitê de bancos, mas ressarcirá os banqueiros de despesas que comprovadamente tiverem relação com a negociação e implementação dos instrumentos finais do acordo.

Segundo Krause, o acordo está dentro da capacidade de pagamento do país. O gasto com os credores privados deve ficar em US\$ 5,1 bilhões em 92 e 93, quase US\$ 2 bilhões abaixo das previsões iniciais, graças à queda dos juros. Nesse período, o Governo prevê um ingresso de US\$ 10,7 bilhões do exterior para o setor público (incluindo estados e municípios) e pagamentos totais de US\$ 17,4 bilhões, o que exigirá que os governos federal, estaduais e municipais obtenham US\$ 6,7 bilhões para fechar suas contas externas.

7 NOV 1991